

Vetos de Collor vão mudar o Orçamento

Marizete Mundim

O Orçamento Geral da União (OGU) para este ano, aprovado pelo Congresso e encaminhado para sanção presidencial na última sexta-feira, poderá ficar muito diferente da versão forjada pelos parlamentares através de 14 mil emendas apostas ao projeto encaminhado pelo Executivo. Em entrevista ao **Jornal de Brasília**, o secretário Nacional de Planejamento, Pedro Parente, assegurou que ao longo das próximas duas semanas seus técnicos checarão, uma por uma, as milhares de alterações promovidas pelos parlamentares. Aquelas consideradas inconstitucionais, disse ele, serão vetadas pelo presidente Collor, o que poderá dar uma outra feição ao Orçamento aprovado pelo Congresso.

O inédito atraso no encaminhamento do Orçamento para sanção presidencial causou transtornos. Pedro Parente exemplificou: "Todos os programas cujo desembolso pesado é feito no início do ano, como a merenda escolar, ficaram prejudicados. Mas o que se há a fazer?" Agora, segundo ele, a prioridade da secretaria é fazer a recheagem dos números o mais rapidamente possível, "antes mesmo do prazo legal de 15 dias, para podermos sugerir os vetos e montar a sistemática de contingenciamento". Ele não quis adiantar de quanto seria este contingenciamento — no ano passado, menos de 70% dos recursos aprovados foram liberados.

Em decorrência da demora de mais de um mês do Congresso em encaminhar o OGU para o Planalto, o governo passou os dois primeiros meses do ano sem dispor de um tostão para investir. Para cobrir as despesas de custeio de janeiro, o Ministério da Economia lançou mão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que autoriza o Executivo a realizar um doze avos do orçamento previsto para o ano. Estes recursos, entretanto, por força da lei, só podem ser aplicados em custeio, ou seja, nenhum projeto novo, cujo início estava previsto para janeiro ou fevereiro, pôde ser começado.

O critério básico da reche-

gem de número que será feita pela Secretaria de Planejamento no OGU para 1992 é, de um lado, verificar se as modificações obedecem às premissas constitucionais. Por exemplo, 30% da arrecadação previdenciária destina-se à área de saúde. Portanto, se parlamentares transferiram recursos previdenciários para outro setor, de sorte que a Saúde fique com menos de 30% da arrecadação dessas contribuições, a mudança é inconstitucional e será vetada pelo Presidente. Uma das idéias levantadas pelo parlamento era exatamente a de cobrir o déficit da Previdência com recursos previstos no OGU para os Ciacs. Essa alternativa, por exemplo, é inconstitucional.

De outro lado, o critério de recheagem do OGU é verificar se todas as novas despesas propostas pelos deputados têm fonte de financiamento assegurada e constitucional. "Vamos checar alteração orçamentária por alteração orçamentária; verificar que tipo de ação foi feita, se foi constitucionalmente válida, ou se não. Então proporemos os vetos", resumiu Pedro Parente. O importante, segundo ele, é que esse árduo trabalho seja feito no menor tempo possível.

Segundo as estimativas do secretário, o OGU deverá ser sancionado pelo presidente Collor antes do fim de fevereiro — "mesmo com essa exiguidade de tempo, precisamos de ter o Orçamento sancionado logo. Até agora ficamos parados, não pudemos fazer nada, enquanto o OGU não saísse do Congresso". O problema mais grave é que a LDO só autoriza o governo a realizar um doze avos do orçamento enquanto o Congresso não o encaminha para a sanção, ou seja, em fevereiro este artifício não poderá ser novamente usado, o que pressiona o governo ainda mais a sancionar, no menor tempo possível, as metas orçamentárias.

Para o secretário, o atraso na aprovação e sanção do orçamento deste ano não causará problemas ainda maiores porque a realização de um doze avos do total dos recursos previstos para o ano deu fôlego ao Executivo para, ao menos, atender às despesas correntes.